

1 **Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos vinte e cinco dias de**  
2 **novembro de dois mil e nove.** Estavam presentes os seguintes **CONSELHEIROS TITULARES: I. Usuários: I.1.**  
3 **Movimentos Sociais:** Sr. João Xavier, Sra. Maria de Fátima S. da Silva, Sr. Waldomiro Aprille Junior; **I.2.**  
4 **Movimento Popular de Saúde:** Sra. Denise Mateus, Sra. Leonilda Bravo Cabrera; **I.3. Conselhos Locais de**  
5 **Saúde:** Sr. Cláudio Trombetta, Sra. Ivone Crescêncio da Silva Mendonça, Sr. José Mendes Juvenal, Sra. Maria  
6 Helena Nogueira, Sra. Maria José Marta da Costa; **I.4. Associação de Pessoas com Deficiência:** Sra. Kátia Maria  
7 Fonseca D. Pinto; **I.5. Associação de Portadores de Patologias:** Sra. Érica da Silva Vitorino; **I.6. Movimentos**  
8 **Sindicais:** Sr. Francisco Genésio Lima de Mesquita, Sr. Sidney Mendes da Silva; **II. Trabalhadores: II.1.**  
9 **Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Francisca Francinete da Silva, Sr. João das  
10 Graças Silva; **b. Hospitais e/ou Prontos-Atendimentos e/ou Prontos-Socorros:** Sr. Antônio Facin, Sra. Wilma  
11 Rosendo da Silva; **II.2. Conselhos e Associações de Classe:** Sr. Júlio César dos Santos; **II.3. Associações de**  
12 **Docentes das Universidades:** Sr. Mauro Antônio Pires D. da S.; **II.4. Entidade de Prestadores de Serviços de**  
13 **Saúde Privados:** Sr. José Augusto de Souza; **II.5. Trabalhadores Estaduais de Saúde:** Sr. Luis Cláudio Pinto da  
14 Penha; **III. Gestores: III.1. Secretaria Municipal de Saúde:** Sr. Pedro Humberto S. Scavariello, Sr. Salvador  
15 Affonso F. Pinheiro; **III.2. Departamento Regional de Saúde VII:** Sra. Rosaura Correia Leves; **III.3.**  
16 **Universidades:** Sra. Elizabeth Aparecida Costa, Sra. Geowanna Aparecida Higino S. Santos; **III.4. Prestadores**  
17 **em Serviço em Co-Gestão:** Sr. Eduardo Gaiger Keunecke; e os seguintes **CONSELHEIROS SUPLENTE:** **I.**  
18 **Usuários: I.1. Conselhos Locais de Saúde:** Sra. Francisca Maria Bezerra Lourenço, Sra. Teresita del Niño Jesus  
19 de La Nuez Quintana; **I.2. Movimentos Sindicais:** Sra. Mercedes dos Santos; **II. Trabalhadores: II.1.**  
20 **Trabalhadores dos Serviços de Saúde Municipais: a. Rede:** Sra. Maria Ivonilde Lúcio Vitorino. O Sr. Pedro  
21 Humberto, presidente do CMS, iniciou a reunião dando as boas vindas a todos os participantes. O Sr. José  
22 Carlos solicitou a presença de um conselheiro trabalhador e um usuário para compor a mesa, sendo que o Sr.  
23 Francisco Genésio representa os conselheiros usuários, e o Sr. Luiz Carlos representa os conselheiros  
24 trabalhadores. O Sr. José Carlos informou as **pautas**, sendo: **I. Informes; II. Votação das Atas de 23 de**  
25 **setembro e 14 de outubro; III. Apresentação, discussão e votação da Prestação de Contas do ano de 2009 e o**  
26 **Plano de Ações e Metas 2010 do Programa Municipal de DST/AIDS de Campinas**, realizada pela Dra. Cláudia  
27 Barros. O Sr. José Carlos realizou os seguintes informes: **Prestação de Contas do 3º Trimestre de 2009:** dia  
28 02/12/09, às 14 horas, no Plenarinho da Câmara Municipal de Campinas; **Comemoração dos 3 anos do ISI;**  
29 **Colóquio de Pedagogia Social – O papel dos conselhos nas políticas públicas; Oficina da Atenção Básica;**  
30 **Plenária Regional dos Centros de Saúde Orozimbo Maia, Paranapanema e Esmeraldina**, com o tema “O SUS  
31 que queremos”. O Sr. Cláudio Trombetta realizou a leitura da carta do Conselho Fiscal de Saúde, destacando a  
32 necessidade de assessoria jurídica e contábil e apontou supostas irregularidades, solicitando assinatura e  
33 aprovação do Conselho Municipal de Saúde para encaminhar para o Ministério Público Federal e para o  
34 DENASUS. O Sr. Pedro Humberto afirmou que o Conselho Fiscal de Saúde faz parte do Fundo Municipal de  
35 Saúde e não possui a sua composição completa e paritária e diz ser importante encaminhar o documento,  
36 como o que fora lido, para a Comissão da Secretaria Executiva, para qualificar o debate e embasar as decisões.  
37 Colocou a necessidade de uma discussão entre o Conselho Fiscal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde, o  
38 qual disponibiliza os documentos para consulta. O Sr. Cláudio Trombetta afirmou apresentará a carta ao  
39 Ministério Público, enquanto cidadão. O Sr. Pedro justificou que a carta não poderia ser votada, pois não houve  
40 discussão nem fora solicitado pauta para o pleno. Caso o pleno decida discutir os assuntos apresentados na  
41 carta do Conselho Fiscal de Saúde, assim será feito. A Sra. Maria Cecília apontou que não houve preparo para a  
42 discussão das supostas irregularidades, prejudicando uma votação imparcial. A Sra. Kátia Fonseca relembrou  
43 que a pauta da noite é a prestação de contas do Programa Municipal de DST/AIDS, sendo o momento para a  
44 discussão sobre supostas irregularidades, estas apontadas pelo Sr. Cláudio Trombetta. O Sr. João Xavier diz que  
45 quando entende uma prestação de contas, devem ser apresentadas as notas fiscais e comprovantes para a  
46 confirmação dos relatórios, para tornar as prestações mais transparentes. A Sra. Cristina Ilário lembrou que o  
47 pleno não pode ser manipulado, nem de um lado, nem de outro. Lembrou que o papel do Conselho Fiscal de  
48 Saúde é fiscalizar a aplicação de verbas pelo Fundo Municipal de Saúde, sendo que o Conselho Fiscal de Saúde  
49 não delibera o encaminhamento de documentos sem a aprovação desta ação pelo pleno do CMS, sendo que  
50 para ser ético, não deve deliberar sobre pautas sem o conhecimento prévio, como supostas irregularidades.  
51 Afirmou que o Programa Municipal de DST/AIDS de Campinas está presente para prestação de contas das  
52 metas, não sendo papel fazer análise de execução financeira dos convênios dele e da Secretaria Municipal de  
53 Saúde. O Sr. Bruno questionou se o assunto será discutido, sendo necessário, portanto, abrir a palavra para  
54 todos, e não apenas permitir a defesa de um segmento. Apontou ser prioritário apurar esse tipo de denúncia.  
55 Defendeu que o Conselho Fiscal de Saúde tem o dever de verificar as contas e denunciar supostas

56 irregularidades e dúvidas, porém, não possui a capacidade de auditar. Colocou o sindicato dos médicos à  
57 disposição para o auxílio na assessoria jurídica e contábil para o Conselho Fiscal de Saúde. O Sr. Pedro  
58 Humberto lembrou que não há discussão nos informes. O Sr. Augusto diz que o Conselho Fiscal de Saúde não  
59 possui credibilidade, sendo que a Gestão nunca chamou o CFS para discutir as razões pelas quais votam  
60 contrários a certas pautas, pois recebem documentos em curto espaço de tempo para análise e não possuem  
61 assessoria jurídica e contábil. O Sr. Lino lembrou que o Programa Municipal de DST/AIDS de Campinas já está  
62 em uma CEI na Câmara dos Vereadores e no Ministério Público Federal, ocorrendo auditorias constantes  
63 durante os processos. A Sra. Francisca afirmou que, quando fizera parte do Conselho Fiscal da Assistência  
64 Social, a responsabilidade de explicar os gastos para este conselho era o gestor do Fundo Municipal da  
65 Assistência Social. Afirmou que gostaria de ter a liberdade de ler todo o material pautado no Conselho  
66 Municipal de Saúde para poder formar sua própria opinião. O Sr. Buck falou que as dúvidas deveriam ser  
67 colocadas no papel e apresentados para a Executiva. O Sr. José Carlos solicitou a nomeação de um conselheiro  
68 municipal de saúde para o programa “Prefeito Amigo da Criança”, da Abrinq, candidatando-se a Sra. Ivone, o  
69 Sr. Francisco e a Sra. Wilma, sendo postergada a definição. O Sr. Pedro Humberto convocou a 9ª Conferência  
70 Municipal de Saúde e solicitou a formação da Comissão Organizadora da Conferência, sendo dois conselheiros  
71 usuários, um conselheiro trabalhador e um conselheiro gestor, que formará a Comissão em conjunto com a  
72 Comissão da Secretaria Executiva. A data provável para a realização da Conferência é em junho. O Sr. Pedro  
73 Humberto solicitou um minuto de silêncio em respeito ao sétimo ano de falecimento do Dr. Igor, ex-secretário  
74 municipal de saúde. O Sr. Pedro Humberto explicou que o CEBES havia encaminhado uma solicitação de pauta  
75 sobre a terceirização e dos problemas apontados na mídia, sobre a Policlínica 2. Informou que, na reunião da  
76 Comissão da Secretaria Executiva, houve entendimento da importância da participação do Secretário Municipal  
77 de Saúde, para promover um debate mais qualificado. A proposta da Comissão da Secretaria Executiva é de  
78 pautar o referido tema para a reunião ordinária de janeiro. O Sr. Bruno solicitou a leitura da carta aberta do  
79 CEBES para que os conselheiros decidam sobre a data pautada, sendo as questões da atenção especializada e  
80 sobre a construção de uma nova policlínica com a participação de um parceiro, sendo a Faculdade São  
81 Leopoldo Mandic, a qual tem interesse em iniciar um curso de Medicina. O Sr. Pedro Humberto apontou que  
82 desta forma, não seria possível promover um debate esclarecedor e construtivo. Explicou que não é possível  
83 solicitar inversão de pauta, pois não fora pautada para a presente reunião. A Sra. Maria José solicitou uma  
84 questão de ordem, pois afirmou estar ocorrendo uma falta de respeito com os trabalhos do CMS e da pauta da  
85 noite. A Sra. Nayara afirmou que a questão das especialidades é muito grave, e diz que o CMS deveria avaliar a  
86 necessidade de discutir o assunto na presente reunião, sendo que o Pleno é acima da Comissão da Secretaria  
87 Executiva. Em relação ao item de pauta II, em regime de votação, com 02 (dois) votos contrários, fora **aprovada**  
88 **a ata do dia 23 de setembro**; com 02 (dois) votos contrários e 06 (seis) abstenções, fora **aprovada a ata do dia**  
89 **14 de outubro**. Após, a Dra. Cláudia Barros, coordenadora do Programa Municipal de DST/AIDS de Campinas,  
90 iniciou a apresentação da **Prestação de Contas 2009** do **PMDST**, pontuando as metas e as porcentagens em  
91 que foram atingidas. Convidou todos os conselheiros para participarem dos eventos do dia 01 de dezembro,  
92 dia internacional de combate ao HIV/AIDS. Abertas as inscrições, o Sr. Trombetta questionou sobre a  
93 porcentagem das metas não concluídas e sobre os gastos apontados na prestação de contas, sendo um  
94 exemplo a verba gasta com “carnaval”. O Sr. Mendes afirmou que não foram citados os valores gastos nos itens  
95 e sugeriu que a pauta não fosse votada, devido aos processos investigatórios que passam o PMDST/AIDS. A Sra.  
96 Maria Helena questionou as razões pelas quais não se atingiram as metas nos Centros de Saúde e perguntou  
97 para onde vai a verba quando não se atinge a meta. O Sr. Facin parabenizou a prestação de contas, lembrando  
98 que sugeriu a padronização da prestação de contas, quando era coordenador do Conselho Fiscal de Saúde;  
99 defendeu a votação da pauta e solicitou a verificação da legislação do Conselho Fiscal de Saúde e sobre a  
100 atuação do mesmo. Citou que, da forma como está, este conselho fora acabado, perdendo seu papel. Quando  
101 fora coordenador, acompanhou e verificou a prestação de contas do PMDST/AIDS da época. A Sra. Teresita  
102 questionou o uso do termo “profissionais do sexo”. A Sra. Francisca enalteceu as ações do PMDST/AIDS e  
103 afirmou que se houvesse irregularidade, o Tribunal de Contas da União teria verificado e apontado. Reclamou  
104 sobre as ações individuais e políticas. Citou o caso de pacientes jovens com exames positivos para sífilis,  
105 explicando sobre a importância da ação das equipes de redução de danos. A Sra. Ivonilde falou que tem  
106 acompanhado a todos os Planos de Ações e Metas do PMDST/AIDS, e falou sobre o estrago feito nas ações e  
107 metas do programa com as denúncias. Falou que fora lido o relatório da CEI na Câmara dos Vereadores, e  
108 reclamou da postura de alguns ao chamarem a Sra. Cristina Ilário de “quadrilheira”. Falou que solicitou uma  
109 cópia da sessão da Câmara ao presidente, vereador Francisco Sellin e ainda não fora atendida. Falou que o  
110 Conselho Municipal de Saúde de Campinas possui muito tempo de história. A Sra. Cristina Ilário explicou à

111 coordenadora do PMDST/AIDS que para o apontamento de cumprimento de metas, deve-se contar as metas  
112 alcançadas e não as ações não realizadas. Apontou que algumas metas apontadas como não atingidas, foram  
113 totalmente realizadas, somente no 1º semestre. As ações contidas nas planilhas são estratégias pensadas no  
114 momento do PAM. As ações podem mudar, diminuir ou se readequar, sendo que as metas não podem ser  
115 modificadas. Solicitou a correção, sendo que, necessariamente, o PAM é feito em conjunto com o CMS, com a  
116 prestação de contas dos recursos aplicados nas metas, não existindo o cumprimento de metas sem os recursos  
117 destinados, sendo necessária uma justificativa, caso as metas não tenham sido alcançadas. Apontou que nunca  
118 foram denunciadas irregularidades no PMDST/AIDS, sendo um programa premiado. Afirmou que foram  
119 denunciadas supostas irregularidades no convênio de parceria com a ACADEC. Os recursos não aplicados  
120 deverão compor peça adicional no PAM 2010. Sugeriu que fosse encaminhada ao CMS uma planilha dos  
121 recursos não executados. Apontou que o SUS funciona quando há a descentralização da aplicação dos recursos.  
122 Afirmou que o quê o PMDST/AIDS passou fora político e por disputa de poder. Diz que foi alçada ao “limbo” na  
123 Secretaria Municipal de Saúde, devido às acusações e processos investigatórios que passa o PMDST/AIDS.  
124 Colocou-se preocupada com a continuidade do trabalho do PMDST/AIDS de Campinas. O Sr. Pedro Humberto  
125 falou que apresentações podem ser manipuladas e repletas de dados inverídicos. Apontou que os gráficos e os  
126 números apresentados são importantes porque todos podem verificar sua autenticidade, sendo a  
127 apresentação dos números do PMDST/AIDS mostra-se efetivo e eficaz, com um indicador importante que é o  
128 declínio de contaminação por HIV/AIDS. Afirmou que os conselheiros devem avaliar se as políticas de saúde são  
129 efetivas naquilo que estão propondo. Diz que a Secretaria Municipal de Saúde possui um documento da CGU  
130 (Controladoria Geral da União) que comprova o que fora realizado, até o ano de 2007. Afirmou que a Sra.  
131 Cristina Ilário é importante para SMS, sendo que não se encontra alçada ao “limbo”. Explicou que a maioria das  
132 ações em Centros de Saúde foi realizada. Afirmou que os questionamentos em relação ao convênio ACADEC  
133 envolveram disputas políticas e desacordo com a forma que foi realizada. Diz que as fotos comprovam a  
134 realidade do PMDST/AIDS, um programa de vanguarda e de resultados positivos. Solicitou aos conselheiros  
135 uma postura de não apego às questões políticas, e sim, aos resultados apresentados. A Dra. Cláudia respondeu  
136 que as avaliações das metas foram feitas com os trabalhadores e parceiros do PMDST/AIDS. Afirmou que  
137 algumas metas serão cumpridas até o final do ano. Diz que o Programa não parou, com a interrupção do  
138 convênio. Falou que algumas metas deveriam ter sido apontadas as porcentagens não executadas. Explicou  
139 que a verba não aplicada, já está contabilizada para o PAM 2010, sendo que estão na conta do Fundo Municipal  
140 de Saúde. Afirmou ser importante a votação da pauta, pois as pessoas continuam dependendo do Programa.  
141 Explicou que as metas de redução de danos tiveram uma reformulação. Agradeceu a fala do Sr. Facin e explicou  
142 que o termo “profissionais do sexo” é aceito pela sociologia como não discriminatório. Falou que defende as  
143 políticas públicas de saúde. O Sr. Pedro Humberto iniciou o processo de votação nominal, solicitado pelo Sr.  
144 Trombetta, sendo que os **seguintes conselheiros votaram favoráveis**: Ivone, Maria José, Kátia, Érica Vitorino,  
145 Francisco Genésio, Mercedes dos Santos, Francisca Francinete, Antônio Facin, Júlio César, Mauro Antônio, Luis  
146 Cláudio, Maria Ivonilde, Pedro Humberto, Rosaura, Elizabeth Costa, Geowanna Higino, Eduardo Gaiger; os  
147 **seguintes conselheiros votaram contrários**: João Xavier, Waldomiro, Denise Mateus, Cláudio Trombetta, José  
148 Mendes, Wilma Rosendo; e os **seguintes conselheiros abstiveram-se**: Maria Helena, José Augusto; portanto,  
149 com 17 (dezesete) votos favoráveis, 06 (seis) votos contrários e 02 (duas) abstenções, o Conselho Municipal  
150 de Saúde **APROVA a Prestação de Contas 2009 do Programa Municipal de DST/AIDS de Campinas**. O Sr. José  
151 Augusto solicitou declaração de voto, explicando que se absteve devido às falas de alguns conselheiros sobre a  
152 atuação do Conselho Fiscal de Saúde. Após, a Dra. Cláudia Barros iniciou a apresentação do Plano de Ações e  
153 Metas 2010 do PMDST/AIDS, explicitando que alguns conselheiros participaram ativamente da confecção do  
154 PAM. Abertas as inscrições, a Sra. Kátia Fonseca solicitou a inclusão das ações voltadas a pessoas com  
155 deficiências. Fora realizado a contagem de quórum, onde fora verificado a presença de 23 (vinte e três)  
156 conselheiros. O Dr. Pedro Humberto iniciou a votação por aclamação, sendo o **Plano de Ações e Metas 2010 do**  
157 **Programa Municipal de DST/AIDS de Campinas APROVADO** por **UNANIMIDADE**. Nada mais a ser tratado, eu,  
158 José Carlos Bortotto Junior, secretário executivo do Conselho Municipal de Saúde, lavro a presente ATA,  
159 assinando-a com os demais presentes.